

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA	
Elton Oliveira da Silva	
Aníbal Simões Filho	
DOI 10.22533/at.ed.5332108031	
CAPÍTULO 2	13
RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA	
Adelma Ferreira de Souza	
Eonilson Antonio de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5332108032	
CAPÍTULO 3	39
DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO	
Maria Paula da Rosa Ferreira	
Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra	
DOI 10.22533/at.ed.5332108033	
CAPÍTULO 4	43
SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!	
Rogério Zanon da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.5332108034	
CAPÍTULO 5	54
INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	
Luccas Bernacchio Gissoni	
DOI 10.22533/at.ed.5332108035	
CAPÍTULO 6	63
LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS	
Ernesto Olmedo	
Marcela Tamagnini	
DOI 10.22533/at.ed.5332108036	
CAPÍTULO 7	76
TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO	
Sandro Reis Rocha Barros	
Alessandra Rocha Melo	
Eliana Crispim França Luquetti	

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

CAPÍTULO 8..... 98

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

CAPÍTULO 9..... 116

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

CAPÍTULO 10..... 129

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

CAPÍTULO 11 141

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

CAPÍTULO 12..... 153

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

CAPÍTULO 13..... 164

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

CAPÍTULO 14..... 174

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

CAPÍTULO 15.....	186
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
DOI 10.22533/at.ed.53321080315	
CAPÍTULO 16.....	195
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.53321080316	
CAPÍTULO 17.....	209
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.53321080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Sandro Reis Rocha Barros

Instituto Federal Fluminense e UENF/PGCL
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/7305258278551873>

Alessandra Rocha Melo

Instituto Federal Fluminense – Curso de
Farmácia
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/2123500017867176>

Eliana Crispim França Luquetti

UENF/Programa de Pós-graduação em
Cognição e Linguagem
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/4258691322564450>

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise do discurso sobre o Terceiro Setor considerando sua relevância na construção democrática das políticas públicas situando-se na interface entre o Estado, Empresas e Sociedade, produzindo, linguagem e atividade comunicativa entre esses interlocutores, as quais vêm acompanhadas de sentidos percebidos na interação entre falantes. Usou-se o espaço midiático partindo-se de uma reportagem apresentada na coluna de “atualidades”, do Jornal da USP, no Programa “USP Analisa”, onde o entrevistado foi o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira. O título da matéria é “Terceiro

Setor complementa serviços públicos, mas falta apoio – ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”. A metodologia usada consistiu na busca pela compreensão dos significados literais, os significados implícitos contidos no discurso jornalístico em análise, e a busca pelo dito e pelo não dito. Fundamentou-se nas teorias de Foucault, Ducrot e na lógica dialética presente em Marx. Após a análise dos discursos, através do não dito, ficaram explícitos alguns pontos como o fato de que o Terceiro Setor denuncia uma falha do Governo, enquanto responsável pela implantação de políticas públicas que venham atender as demandas sociais consolidando, inclusive, fatores como a inclusão social; também levantou-se a questão do desejo de “poder”, que ancorada nos pressupostos teóricos de Foucault, vem explicitar a luta de classes, e denunciar políticas governamentais que aplicam o “poder” como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Análise de Discurso, Políticas Públicas, Comunicação.

ABSTRACT: This work proposes a discourse analysis of the Third Sector considering its relevance in the democratic construction of public policies, situated at the interface between the State, Companies and Society, producing language and communicative activity between these interlocutors, which are accompanied by perceived meanings in the interaction between speakers. Media was used based on a report

in a column of actualities presented by USP Journal, in “USP Analisa” Program, where the interviewee was the journalist, educator and consultant Fernando Rossetti Ferreira. The title of the article is “Third Sector complements public services, but support is missing – the lack of culture of giving, taxation and distrust of ONGs make it difficult to act”. The methodology used consisted in the search for the understanding of literal meanings, the implicit meanings contained in the journalistic discourse under analysis, and the search for the said and the unsaid. It was based Foucault’s and Ducrot’s theory and the dialectical logic present in Marx. After analyzing the speeches, through the unsaid, some points were made explicit as the fact that the Third Sector denounces a failure of the Government, while responsible for the implementation of public policies that will meet social demands, including consolidating factors such as inclusion social; The question of the desire for power, which is anchored in Foucault’s theoretical assumptions, also raises the class struggle, and denounces government policies that apply “power as a principle or relationship of domination over social subjects, which they use discourses of truth to produce what is called order.

KEYWORDS: Third Sector, Discourse Analysis, Public Policies, Communication.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a desenvolver uma análise do discurso contido numa reportagem apresentada na coluna de “atualidades”, do Jornal da USP, atualizado no dia 30 de maio de 2019, feita por Thais Cardoso, no Programa “USP Analisa”, onde o entrevistado foi o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira. O título da matéria é “Terceiro Setor complementa serviços públicos, mas falta apoio – ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Seguindo a linha de análise do discurso midiático cujo caráter é sócio-histórico, esse trabalho tem como um de seus objetivos, verificar no texto os sujeitos sociais e suas enunciações, abordando-as de maneira a remete-las à história e às condições de produção de seus enunciados. Apoiados na reflexão feita por Pêcheux (1983) sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, trabalharemos esta análise discursiva considerando os enunciados existentes, suas questões filosóficas e ideológicas, assim como as relações entre a análise como descrição e a análise como interpretação. No pensamento de Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983, p.53).

Ao levantarmos os enunciados do discurso, procuraremos pelas marcas linguísticas do dito e do não dito, que segundo Bakhtin refletem e refratam as condições de produção social e o momento político nebuloso em que vive o Brasil, possibilitando-nos enxergar suas formações sociais, discursivas e ideológicas. Também pretendemos mostrar, através da linguagem, que a chegada de um governo que tem em sua base estrutural vários militares, que por sua formação, deixam transparecer nesse cenário político as relações de poder, desejo de poder abordadas por Foucault, assim como as relações de classe e ideologia, lembrando que nenhum discurso é desprovido de ideologia.

A busca pela compreensão dos significados literais, bem como, os significados implícitos contidos no discurso jornalístico em análise, se fundamentará nas teorias de Foucault (1971), de Ducrot (1977) e também na lógica dialética presente em Marx. Inicialmente, apresentaremos o contexto histórico dos fatos analisados, que giram em torno do conceito de Terceiro Setor e a visão política do atual governo em relação a este segmento de prestação de serviço à sociedade. O segundo passo será mostrar os fundamentos teóricos que sustentarão nossa análise discursiva sobre a matéria jornalística em questão. Por fim, explicitaremos o não dito, a partir dos elementos tanto linguísticos como os ideológicos, filosóficos e subjetivos, que constituem a parte extralinguística do discurso, e que segundo Ducrot, são classificadas como significados implícitos e subentendidos no discurso. Para Ducrot (1977-1987), a língua perde o seu caráter de simples código, transcendendo a visão saussuriana, pois não é um instrumento de comunicação fechado, constituído de significados restritos e homogêneos. Além disso, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2001, p.85). Sendo assim, consideraremos também, nesta análise discursiva, a cena das enunciações segundo a ótica de Maingueneau, que considera indissociáveis a produção textual e os quadros sócio-históricos nos quais o texto é produzido. Para este autor, os discursos são refletidos como práticas discursivas e merecem destaque as formas de circulação das textualizações. Assim, a veiculação dos materiais linguísticos tem que ser considerada na análise discursiva.

2 | TERCEIRO SETOR, CONCEITOS E CONTEXTOS

Com o objetivo de consubstanciar a análise do discurso presente na reportagem em questão, nesta seção, nos propomos a apresentar um panorama sobre o terceiro setor, apresentando os conceitos teóricos referentes à natureza das organizações, dos serviços por elas prestados, bem como a legislação que regulamenta jurídica e administrativamente, suas atividades e funcionamento.

O terceiro Setor é uma terminologia empregada na definição do conjunto de todas as entidades e organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam algum tipo de serviço de caráter público à sociedade. Existem 5 características que traçam o perfil das instituições que compõem o terceiro setor: elas devem ser formalmente constituídas; devem possuir uma estrutura básica não governamental; possuem uma gestão própria; devem, obrigatoriamente, ser de natureza sem fins lucrativos; fazem uso significativo de mão de obra voluntária.

No Brasil, dados históricos apontam para o início de atividades do terceiro setor, ainda no século XVI, através da criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, no ano de 1543, que prestava apoio assistencial e hospitalar. Desde o período da colonização Portuguesa, e posteriormente, no tempo do Brasil Império, já havia organizações ligadas

à Igreja Católica, que prestavam assistência nas áreas de saúde e educação, fato este que denota o caráter filantrópico que vem se consolidando como uma das marcas das atividades ligadas ao terceiro setor. No final do século XIX e início do século XX, por meio de ações missionárias de outras denominações religiosas da linha Protestante Histórica, novas igrejas e associações filantrópicas sem fins lucrativos começaram a surgir e ocupar seus espaços no cenário social brasileiro através de serviços sociais prestados à sociedade. Com a chegada da República, e a crescente urbanização e industrialização no Brasil, a demanda por tais serviços, antes patrocinados pelas igrejas, passou a exigir um aprimoramento e uma diversificação para atender às novas demandas. Na década de 1930, no então chamado Estado Novo, verifica-se a adoção do paradigma do Estado de Bem-Estar Social. O Governo do então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1938, regulamentou por meio de nova legislação as entidades do terceiro setor, através da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e do reconhecimento dessas instituições perante o Governo, contemplando-as com o título de “Utilidade Pública”, dando-lhes o direito de receber subsídios fiscais e auxílios estatais. Após a grande crise econômica, destacando-se o ocorrido após as décadas de 1960 e 1970, a partir da volta das ideias liberais, verificou-se a constatação da incapacidade do Estado de gerir e solucionar todos os problemas sociais, fato que fortaleceu as instituições privadas sem fins lucrativos que prestavam serviços nessas áreas. Ao longo dos anos, o terceiro setor vem se consolidando e firmando a sua relevância no atendimento das demandas sociais, principalmente, das camadas mais pobres da sociedade e dos grupos considerados minorias. Desse modo, o terceiro setor tem sido o grande protagonista do desenvolvimento e promoção da inclusão social, revelando o seu importante papel no processo de democratização do país.

A partir de então, observa-se um crescimento na oferta de serviços prestados por organizações sociais, desde as mais antigas que já atuavam nesta área, como as Igrejas Tradicionais (organizações religiosas reconhecidas pelo Estado), até as mais atuais como: Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, Fundações, Associações de Bairro, Organizações Não-Governamentais (ONG's), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), e outras instituições afins que vieram somar e compor o Terceiro Setor, que segundo Falconer (1999) estão ligadas a questões sociais como a renovação do espaço público, a promoção da solidariedade e o desenvolvimento da cidadania, sempre buscando a superação da pobreza e o bem comum. O Terceiro Setor encontra seu espaço como uma alternativa às ações do Estado frente aos problemas e demandas da sociedade.

Atualmente, existem mais de 290 mil organizações vinculadas a este setor. No ano de 2014, diante do reconhecimento do seu grau de importância, principalmente, pelo número de mão de obra nele alocada e também por enxergar a dependência por parte do Estado para a manutenção da oferta de uma gama enorme de serviços prestados por este setor, o Governo Federal formalizou, por meio da Lei 13.019/2014, o então chamado

“Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”. Esta lei trouxe mudanças para a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a administração pública, focando, entre outros pontos, o Plano de Trabalho e a Prestação de Contas por parte dessas instituições.

3 | O CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

Considerando que a reportagem aqui abordada foi publicada na data de 30 de maio do ano 2019, é de suma importância ressaltar o momento político em que se encontra o país, quando o presidente Jair Messias Bolsonaro com apenas 5 meses de mandato, dispara, deliberadamente, em suas redes sociais, bem como em entrevistas para canais abertos de TV, um discurso pejorativo e ao mesmo tempo, acusatório em relação às ONG's, entidades que compõem a maioria das organizações do terceiro setor no Brasil. A exemplo de tantas outras matérias jornalísticas, tem-se a do Jornal “GAZETAONLINE”, datada de 17/04/2019 que traz como manchete: **“Em ‘live’, Bolsonaro ataca Ibama, ONGs e ameaça cortar diretoria da Funai”**. Encontra-se também a matéria do Site “brasil247.com” com o título: **“Bolsonaro chama ONGs de picaretas e defende exploração de terras indígenas”**. Tais pronunciamentos do presidente Bolsonaro, enquanto representante do Governo, têm causado um impacto muito negativo diante da sociedade, uma vez que seu discurso atacando de modo generalizado as ONGs, tende a promover uma situação de desconfiança e descrédito para com as ONGs.

Dentro deste cenário de instabilidade e desconforto social, a sociedade manifesta sua reação a qual se mostra através da imprensa que protagoniza o seu papel de porta-voz. Surgem então, várias manchetes como:

- “ONGs pedem diálogo ao governo Bolsonaro...” www.dw.com
- “ONGs alertam para ataque à democracia por MP de Bolsonaro...”
- “Medida de Bolsonaro para controlar ONGs fere a liberdade de ...” www.conectas.org
- “ONGs veem prejuízo à sociedade em extinção de conselhos por Bolsonaro...” www1.folha.uol.com.br
- “Desaprovação do Governo Bolsonaro supera aprovação pela primeira vez, mostra pesquisa...” www.brasil.elpais.com

4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 As Formações Discursivas

Segundo Orlandi (2002) a Formação discursiva é quem permite compreender o processo de produção de sentidos, bem como suas relações com a ideologias. É a formação discursiva que, dentro de um contexto sócio-histórico e uma formação ideológica, determina aquilo que pode ser dito. Para Orlandi, as palavras derivam seus sentidos das formações discursivas, pois as palavras não possuem sentido apenas nelas mesmas. Os traços ideológicos daquilo que se fala não estão na essência das palavras, mas na discursividade, local onde no discurso a ideologia produz seus efeitos.

A partir das formações discursivas, podemos abordar um outro conceito que é o da “metáfora”, que no campo da análise de discurso, possui um significado diferente de “figura de linguagem”, e passa a ser interpretada conforme Lacan (1966). A metáfora, na Análise de Discurso é a tomada de uma palavra por outra, significando a “transferência” que mostra o modo como uma palavra significa. Segundo Pêcheux (1975), o sentido existe exclusivamente nas relações de metáforas, as quais podem ser identificadas em paráfrases, formação de sinônimos e outros efeitos de substituição. Assim, é a formação discursiva quem permite compreender os diferentes sentidos, uma vez que, no campo do discurso, uma mesma palavra se estiver em formações discursivas diferentes, terá sentidos diferentes.

4.2 Discurso, Ideologia e Sujeito

Conceitualmente, o discurso é uma espécie abstrata de suporte nos quais aquilo que se tem de concreto, que são os vários textos, são sustentados. Na análise de um discurso, preocupa-se com a questão de como ele se relaciona com o contexto e a circunstância em que foi criado. Assim, a análise do discurso, necessariamente, abordará questões internas ao texto fazendo perguntas como: o que o texto diz? E como ele diz? E também trabalhará questões externas refletindo sobre por que o texto diz o que ele diz? E para proceder dessa maneira, é preciso estabelecer relações entre os campos da linguística e da sociologia, onde, esta última, depende da história e da ideologia.

A ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2002, p.46). Portanto, se faz necessária uma teoria em que se possa trabalhar as evidências dos sujeitos e também dos sentidos. Ao se falar em evidência dos sentidos, a referência é feita às evidências que fazem com que uma palavra designe alguma coisa, independentemente do seu caráter material. Nesta, as formações discursivas é que dominam, compondo o interdiscurso. Já as evidências do sujeito são aquelas que o identificam, independentemente de sua ideologia. Essas evidências funcionam através daquilo que se conceitua como “esquecimentos”, que podem ser do tipo enunciativo quando atestam que o modo de dizer

é dependente dos sentidos; e podem ser do tipo ideológico, que se refere à instância do inconsciente e ao modo pelo qual a ideologia nos afeta.

A ideologia faz a relação entre linguagem e mundo, e não existe realidade sem ideologia. “Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentidos” (ORLANDI, 2002, p.48). Desse modo, a linguagem possui uma relação de dependência da ideologia, dando origem ao que se denomina por “formações ideológicas”, que segundo Pêcheux (1990) também conceitua-se como “condições de produção do discurso”. Pode-se depreender então que, uma sociedade pode possuir várias formações ideológicas e, portanto, várias formações discursivas conforme conceituado anteriormente. Assim, um discurso só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como parte pertencente a uma formação discursiva.

Nesta linha de pensamento, considera que o sujeito se constitui em duas dimensões. Ele é sujeito à língua e à história, e também é sujeito do que diz, quando ocupa um “lugar” ou uma “posição” que o identifica quando diz. Michel Pêcheux dá espaço a um conceito de “sujeito assujeitado”, que não produz sentidos por si mesmo, mas sim, através de diversas formações discursivas, e se posicionando dentro de formações ideológicas e sem controle sobre aquilo que diz ou que pensa.

4.3 O Dito e o Não Dito

Segundo Orlandi (2002), existe uma relação entre o dizer e o não dizer, a qual deve ser abordada de maneira metodológica pelo dispositivo teórico da análise de discurso. Foi Ducrot (1972) quem trouxe à luz da reflexão as diferentes maneiras de “não dizer”, ou seja, aquilo que está implícito, o que é pressuposto e o que está subentendido. Ducrot separa aquilo que deriva do pressuposto, enquanto instância da linguagem, daquilo que está subentendido, e que se revela no contexto. Assim, o dito é aquilo que está posto de forma explícita na mensagem, e que sempre traz consigo algo que pode ser pressuposto, embora não tivesse sido propriamente dito. Esses pressupostos que não foram ditos, mas estavam presentes na mensagem, e que dela foram depreendidos, assim como os seus motivos, que figuram como subentendidos, denomina-se como o não dito. O subentendido depende do contexto.

Alguns conceitos como Formação Discursiva, Ideologia e Interdiscurso, são encampados pelo não dito e a partir desses, pode-se verificar que, enquanto se diz alguma mensagem, há sempre outras que não são ditas, mas que estão presentes através dos pressupostos e dos subentendidos e que também significam no discurso.

4.4 O Discurso e as relações de poder segundo Foucault

É importante considerar o significado da palavra “poder”, tanto no âmbito político, como social, seja ele exercido pelo indivíduo ou por instituições. De acordo com o dicionário

de filosofia, “poder” significa “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado.” (BLACKBURN, 1997, p.301)

Michel Foucault acreditava ser possível lutar contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder. Para ele, o tema “poder”, não está localizado em uma instituição, e também não é algo que se pode ceder por meio de contratos jurídicos ou políticos. A proposta de Foucault sobre o tema “poder” está focada nas relações que um sujeito exerce atuando sobre outros sujeitos. Foucault compreende que: “o poder reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade”. (FERREIRINHA e RAITZ, 2010)

Em seu pensamento, existem algumas relações de poder constituídas a partir de discurso e saber, as quais tecem a sociedade. Esse Poder, na visão de Foucault, é entendido como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, os quais são constituídos por instituições ou princípios que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”. Segundo Castro (2016, p. 326), com o objetivo de determinar as especificidades das relações de poder, Foucault distingue “relações de poder” de “relações de comunicação” e de “capacidades objetivas”, sendo esta última definida como aquele poder que “exercemos sobre as coisas e que dá a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las — um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais.” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.13). O poder que se analisa aqui é aquele que trata das relações entre indivíduos ou grupos, partindo do pressuposto de que alguns exercem poder sobre outros.

As relações de poder também são diferentes das relações de comunicação, sendo estas, as que transmitem uma informação através de uma língua, de um sistema de signos ou de qualquer outro meio simbólico. O ato de comunicar, se constitui como uma maneira com que um sujeito age sobre o outro ou sobre os outros. Contudo, “a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequências efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.13). Assim, as relações de poder têm suas especificidades, utilizando-se, ou não, de sistemas de comunicação.

Partindo-se do princípio de que as sociedades são compostas por elementos, entre os quais os discursos se fazem presentes, e ainda, sabendo que eles são formados por interpretações e colocações de grupos que detêm o poder de projetar um saber sobre alguém ou algo, pode-se depreender que discursos são “formas de dizer e determinar saberes que ao longo da história foram sendo constituídas” (TORRES, 2016). Esses discursos são saberes bem articulados de modo a se produzir um conceito de “verdade”. Essas “verdades” vão atuando de maneira discreta, ocupando seus espaços, sem sofrerem questionamentos. Assim, os discursos vão funcionando nesses espaços dentro da sociedade e vão atuando como “poderes” sobre outros sujeitos, se amparando em

argumentos ideológicos e determinando o que cada sujeito deve fazer, e até mesmo, ser. Segundo Foucault, “são formas de saberes que são produzidos entre os sujeitos de modo que ao longo dos anos vão ganhando efetividade na sociedade.” (TORRES, 2016)

Essas formas de saberes discursivos são pré-estabelecidas. São como regras cujos objetivos são a constituição das normas sociais. Assim, um discurso de verdade, que estabeleça uma espécie de “poder disciplinar”, se constituirá de um código moral, legal e cultural. Segundo Foucault, discursos são meios de dominação. São formas pelas quais se procura exercer o poder, uma vez que, é pelas formas de se dizer e fazer, que os poderes vão se estabelecendo nas sociedades. Pode-se citar como a sociedade tratou as questões da mulher, do louco, do judeu, dos negros, dos homossexuais, etc. todos estes foram naturalmente tratados como fora dos padrões sociais.

4.5 O Dialogismo

Numa análise de discurso, existe um movimento dialógico da enunciação o qual, segundo Bakhtin, pode ser ilustrado por meio de uma ação existente entre locutor e interlocutor, denominada por recepção/compreensão ativa. Parte-se do princípio de que um determinado locutor enuncia em função da existência de um interlocutor, que pode ser real, ou virtual. Assim, o locutor sempre terá consigo uma expectativa quanto à reação do interlocutor de modo a antecipar o que o ouvinte vai dizer. Por outro lado, encontramos a pessoa do ouvinte que, quando recebe uma enunciação significativa, reage propondo uma réplica, seja esta, no sentido de concordar, discordar, apreciar, agir, etc.

Nesta perspectiva, o dialogismo é o palco onde esse movimento dialógico dos enunciados protagoniza a instância de compreensão dos mesmos, efetivando o processo de comunicação, através da confrontação ideológica entre os dizeres presentes no diálogo. Segundo Bakhtin, “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.” (BAKHTIN, 2006, p.96).

Na visão de Bakhtin, reconhecer o “sinal”, em sua forma linguística, não é o mesmo que compreende-lo. A compreensão acontece mediante a interação dos significados e seus conteúdos ideológicos, considerando vários pontos de vista como: o enunciativo, as condições de produção e a interação locutor/receptor.

Sendo assim, para Bakhtin, a realidade fundamental da língua é a interação verbal realizada através da enunciação das enunciações, uma vez que, na sua visão, a verdadeira substância da língua não é um sistema abstrato, nem uma enunciação monológica isolada, nem um ato psicofisiológico de sua produção. (Cf. BAKHTIN, 2006, p.125)

Desse nodo, o diálogo, que ocorre na instância interpessoal, ou textualmente escrito, ou ainda, na esfera da consciência, realiza-se na linguagem. Ele sempre se relacionará com o tempo e o lugar na história. Portanto, será mutável por causa das mudanças de contextos. Assim, Bakhtin considera que todo gênero é dialógico.

4.6 A Polifonia

O conceito de polifonia refere-se à presença de vozes polêmicas em um discurso, e se distingue do conceito de dialogismo proposto por Bakhtin, uma vez que, nem todo discurso é polifônico, mas sempre é dialógico, pois o princípio do dialogismo está intrincado na constituição da linguagem.

Segundo Maingueneau (2001), foi M. Bakhtin quem introduziu a noção de polifonia para o estudo da literatura romanesca, sendo posteriormente, aplicado nos estudos de linguística para analisar os enunciados de um discurso, onde se percebe a presença de várias “vozes” simultaneamente.

Uma das aplicações do conceito de polifonia está na busca pela identificação de quem se responsabiliza pelos enunciados presentes num discurso. Essa noção de “responsabilidade” tem associada a ela, duas operações: as fontes de referências enunciativas e o agente responsável pelo ato de fala realizado. A partir dessas operações, chega-se à pessoa do “Enunciador”. Então, é no enunciado o local onde se identifica o enunciador, definido como sendo aquele em relação a quem se definem os parâmetros de enunciação. Ele é o responsável pelo ato de fala e, ao mesmo tempo, é a fonte das referências da enunciação.

4.6.1 A polifonia em Bakhtin

Mikhail Bakhtin (1895-1975), foi quem lançou a ideia de polifonia. Ele criou esse conceito a partir da análise que fez dos romances de Dostoiévski, onde identificou a presença de vozes polêmicas em seus personagens, os quais funcionam como seres autônomos, com visão de mundo, voz e posição própria. Em sua teoria, o termo “voz” refere-se à consciência falante que se faz presente nos enunciados. Em Dostoiévski não importa o que sua personagem é no mundo, mas sim, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma. (BAKHTIN, 1981, p.46). Nesta análise, ele levantou uma questão sobre a verificação de múltiplas vozes com diferentes ideologias. Segundo Schnaiderman (2005, p. 15), ao revelar a existência dessa multiplicidade de vozes, Bakhtin contribuiu com o processo de afirmação democrática e antiautoritária, até mesmo dentro de um contexto em que o “stalinismo” fazia suas vítimas. Essas múltiplas vozes resistiam ao discurso autoral.

Bakhtin tem sua própria concepção de sujeito, e que não passa pela noção de sujeito dividido, o qual é efeito da linguagem e que possui uma fala heterogênea. Ele não aceita o sistema da língua se sobrepondo ao sujeito.

O conceito de polifonia em Bakhtin se aplica a todo discurso onde aparecem linguagens sociais que ora convergem e ora divergem, se impondo como expressão da diversidade social representada nele. Então, na visão Bakhtiniana, a polifonia é a parte essencial de toda enunciação, e não há como compreender as enunciações num discurso sem descobrir o seu lugar dentro do contexto em que elas foram construídas. Para ele,

“não são as unidades da língua que são dialógicas, mas sim, os enunciados” (FIORIN, 2006, p.20), e somente os enunciados é que têm destinatários, pois ele compreende que as unidades de língua não são dirigidas a ninguém. Na sua visão, para cada palavra de enunciação, pressupõe-se a criação de uma série de palavras que se constituem como réplica, as quais devem ser analisadas, pois Bakhtin defende que “compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”. Os enunciados só podem ser compreendidos quando reagimos às palavras que despertam em nós algum tipo de ressonância ideológica, ou que se identificam com a nossa vida. (Cf. BAKHTIN, 1999, p.132). Concluindo essa linha de pensamento, pode-se dizer que “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que determina essa refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica” (BAKHTIN, 1999, p. 46).

De acordo com Bakhtin, considerando-se que a sociedade se divide em grupos sociais de divergentes interesses, “então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. [...] O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica” (FIORIN, 2006, p. 25).

No pensamento de Bakhtin, a polifonia também aborda os conceitos de “discurso citante”, tendo como exemplo, um enunciado jornalístico; e “discurso citado”, que seria uma das falas presentes neste enunciado. Estes conceitos auxiliam na compreensão de situações em que o enunciador indica que não é o responsável pelo enunciado, dizendo que se apoia em outro discurso. Assim, a enunciação citada é objeto da enunciação citante, ocorrendo o que se define como “discurso relatado” – uma enunciação sobre uma outra enunciação. Quando isso acontece em um discurso, identifica-se a presença de “modalização em discurso segundo”, onde o enunciador faz uso de alguns termos modalizadores para, por exemplo, comentar sua própria fala no discurso.

Ao contrário da modalização em discurso segundo, existe outra instância denominada Discurso Direto (DD), que além de eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, ele restitui as falas citadas e dissocia o discurso citante do discurso citado. Assim, o DD tem característica de buscar ser fiel às palavras do enunciador citado. (Cf. MAINGUENEAU, 2001, p.140).

Porém, o DD não pode ser totalmente fiel, pois dificilmente se consegue replicar, na íntegra, a fala efetiva, expressando sua oralidade, entonação, gestos corporais, etc. através de um enunciado citado entre aspas.

4.6.2 A polifonia em Ducrot

Oswaldo Ducrot, inspirado no princípio dialógico de Bakhtin, desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, inserindo algumas noções da Semântica Enunciativa, que toma por base, traços linguísticos do enunciado. Ducrot considera que é possível haver mais

de um sujeito em um discurso, e mais especificamente, afirma que, num único enunciado, pode haver mais de um sujeito. Assim, Ducrot inseri no campo teórico da linguística, a noção bakhtiniana de polifonia.

Desde sua obra *Les Mots du Discours* (1980), Ducrot já mostrava a noção de polifonia em suas teorias. Nesta obra ele identificava e distinguia dois tipos de sujeitos, que são: o locutor e os enunciadores. O locutor é o sujeito responsável pelo que é dito, e os enunciadores são os autores dos atos ilocutórios. Ao trabalhar com a ideia de “atos ilocutórios”, sua teoria já apontava para uma perspectiva de interação nos interlocutores, pois Ducrot entende atos ilocutóricos como atos jurídicos, os quais estabelecem obrigações sociais para os interlocutores. Por exemplo: toda pergunta pressupõe a existência de uma resposta do outro que a decodifica; toda ordem pressupõe sua execução por parte de quem a recebe. (Cf. FROSSARD, 2008)

Ao longo dos seus estudos, Ducrot foi reformulando seu pensamento teórico, desviando o seu interesse antes concentrado nas questões interacionais, para um estudo das questões semânticas contidas nos enunciados, com o intuito de revelar e investigar a presença das múltiplas vozes neles encontradas.

Ducrot também alterou sua concepção de “enunciadores”, os quais foram deixando de ser vistos como autores dos atos ilocutórios, pois não expressam simplesmente palavras, mas sim, “pontos de vistas”. Portanto, os enunciadores passam a ser vistos como as vozes implícitas que expressam esses “pontos de vistas”. (Cf. DUCROT, 1987, p.161).

Nesta nova concepção, Ducrot “diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles”. (BARBIZAN E TEIXEIRA, 2002, p.168). Ele afirma que essas vozes que não são explicitadas existem em decorrência da imagem que delas oferece a enunciação produzida pelo locutor, enquanto responsável pela enunciação.

Segundo Maingueneau, a noção de polifonia desenvolvida por Ducrot é emprestada do trabalho de Bakhtin. Ducrot propõe o questionamento do pressuposto da “unicidade do sujeito falante”, pois ele vai distinguir num mesmo enunciado, algumas instâncias diferentes como: a) Sujeito falante, autor efetivo do enunciado (ser empírico); b) Locutor (ser do discurso); c) Enunciador; d) Sujeito dos atos ilocutórios.

Para Ducrot, o enunciado mostra, além do locutor, os enunciadores que, ao ocupar papéis ilocucionais, se expressam numa pluralidade de vozes. Ao descrever uma enunciação, verifica-se um conjunto de indicações que conferem sentido ao enunciado.

Ducrot, em sua Teoria da Argumentação na Língua, aborda a noção de polifonia refletindo sobre a questão da argumentatividade como um ato linguístico fundamental que está presente na língua e atua como estruturador do discurso. O objeto estudado por ele é o enunciado isolado, e o sujeito é linguístico, de natureza individual empírica, sem qualquer consideração ideológica.

5 I A ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Uma reportagem é um gênero textual expositivo no qual o autor desenvolve extensamente um tema de interesse geral, que pode ser sobre pessoas, lugares, ou outro assunto concreto, podendo ainda, abranger alguma entrevista. Uma reportagem é sempre mais do que uma notícia; ela mostra e verifica fatos, apresentando suas causas e efeitos, e quando possível, a origem dos acontecimentos.

No artigo em tela, tem-se uma matéria jornalística que, através de uma entrevista, aborda como tema principal o terceiro setor, mais especificamente, sua atuação através das ONGs, seu impacto na vida do cidadão, e a posição do atual Governo federal frente a esse setor social, suas categorias de serviços e suas filosofias de funcionamento.

Uma reportagem pode ser de três categorias diferentes: expositiva, interpretativa ou opinativa. Na expositiva, os fatos são apresentados de maneira simples e objetiva. Na interpretativa, busca-se estabelecer conexões entre os acontecimentos e apresentar comentários sobre eles. Na opinativa, os fatos são apresentados evidenciando-se a opinião do repórter.

5.1 O Dito

A matéria jornalística em análise, apresenta, como dito, alguns enunciados que passam a ser apresentados a seguir, iniciando com a seguinte manchete:

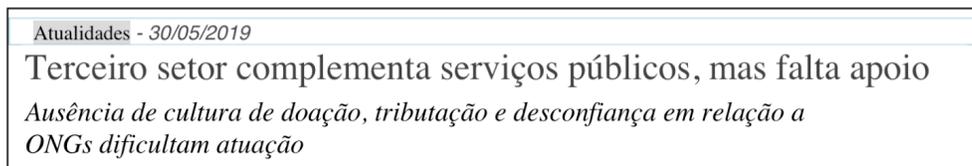


Figura 1. Manchete do Jornal da USP

O conceito de polifonia, na visão Bakhtiniana está presente neste enunciado apresentado como manchete. A jornalista Thaís Cardoso faz uso do Discurso Direto, no qual encontraremos a presença de múltiplas vozes, que serão analisadas na seção seguinte, onde serão tratados o não dito nesse discurso.

Para as pessoas que leem esta manchete, mesmo que não saibam do que se trata o “Terceiro setor”, já recebem a informação direta de que é o setor que presta serviços de maneira complementar aos serviços públicos, além de dizer que existe uma falta de apoio a este setor. A Jornalista, faz uso de um título auxiliar para mostrar algumas razões para essa “falta de apoio” sofrida pelo terceiro setor. No título auxiliar está dito que: “Ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Ao iniciar sua matéria, a jornalista escreve a lide com o objetivo de informar o leitor sobre o conceito de terceiro setor, algumas de suas áreas de atuação na sociedade, bem como sua importância diante da ineficiência do poder público em oferecer tais serviços de maneira ampla para a sociedade. E na sequência, a jornalista apresenta o seu entrevistado, ressaltando sua formação acadêmica e profissional, conforme a figura 2 a seguir.

“Associações e fundações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como organizações não-governamentais (ONGs), são fundamentais para complementar serviços de educação, saúde ou assistência social que, muitas vezes, o poder público não consegue disponibilizar de forma ampla. Para falar sobre a importância do terceiro setor e o impacto dele na vida do cidadão, o USP Analisa desta semana conversa com o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira.”

Figura 2. Apresentação do entrevistado

Para reforçar seu objetivo de informar o conceito de terceiro setor, como sendo uma iniciativa da própria sociedade civil que se organiza em associações, ou outros tipos de instituições sem fins lucrativos, o que revela e expressa um tom de cooperativismo e até mesmo de voluntariado, a jornalista faz uso de uma foto com a imagem de várias mãos de pessoas. Estas mãos aparecem unidas e sobrepostas umas às outras. Conforme a figura 3 a seguir:



Figura 3. Foto da manchete do jornal da USP

Em seguida, usando o conceito Bakhtiniano de Discurso Citante, a jornalista Thaís apresenta um resumo da opinião do entrevistado com relação ao conceito de Terceiro Setor com a seguinte frase: “Segundo ele, essas organizações são basicamente constituídas por indivíduos da sociedade civil que se unem para cuidar do bem comum, sem necessidade de interferência do governo.” (CARDOSO, 2019, p.1)

Após escrever o que ela, como entrevistadora, compreendeu sobre o terceiro setor a partir da resposta do entrevistado, a jornalista faz uso do conceito de Discurso Citado e escreve a reprodução da fala do entrevistado:

“Elas cumprem várias funções, desde identidade, como o Centro da Cultura Gaúcha. Por outro lado, você tem toda uma linhagem de organizações que trabalha exatamente nas políticas públicas, seja apoiando ou até executando. Aqui no Estado de São Paulo você tem muitas organizações sociais fazendo serviço de saúde, educação ou cultura. São organizações sem fim de lucro, mas que estão trabalhando com dinheiro público para entregar uma política pública que às vezes o governo pode achar que é melhor, feito sem ser por um órgão público, sendo uma organização da sociedade civil.” (CARDOSO, 2019. p.1)

Mais uma vez, a jornalista escreve um resumo do que depreendeu a partir da fala do entrevistado sobre a relação do poder público com o Terceiro Setor:

“Embora o terceiro setor auxilie o governo na prestação desses serviços, Ferreira lembra que a desconfiança despertada pela investigação da atuação de algumas organizações por comissões parlamentares de inquérito e também pela falta de incentivo às doações para essas entidades acabam prejudicando sua atuação.” (CARDOSO, 2019, p.1)

A reportagem é finalizada com a transcrição da fala do entrevistado, respondendo sobre a falta de incentivo a uma cultura de doação, bem como a questão do sistema tributário brasileiro que também não incentiva as doações para o terceiro setor:

“O Brasil, também na legislação, joga contra a doação. Nos Estados Unidos, por exemplo, se você doa o dinheiro para uma ONG, você não paga imposto nenhum. Se você dá o dinheiro para o seu filho, você paga um imposto muito alto. No Brasil, a mesma coisa é tributada igual. Tem um certo desincentivo à doação, porque eu pago 4%, aqui no Estado de São Paulo, na doação para uma ONG, e 4% na doação de dinheiro para o meu filho. Então, eu não tenho estímulo algum a pegar uma parte da minha riqueza, digamos, e colocar na sociedade civil. Se você tivesse uma tributação bem mais alta no imposto de herança e nenhuma tributação para doação à organização civil, você tenderia a atrair mais dinheiro.” (CARDOSO, 2019, p.1)

5.2 Levantamento de fatos que depreendem o Não Dito

A compreensão dos sentidos dos enunciados é feita por meio de uma leitura contrastiva, pois há sempre um contraste entre o que o discurso deseja “dizer” e aquilo que ele, realmente diz, através dos implícitos. É importante descobrir e explicitar os sujeitos, suas classes, suas posições sociais, políticas e ideológicas, pois essas informações remetem ao não dito. Deve-se procurar por artifícios linguísticos como jogo semântico e operadores argumentativos como o “mas”, “embora”, “porém”, etc. que se constituem como pistas que induzem ao não dito. É fundamental que se explicita quem fala e a quem fala. O significado de cada fala e por que se fala, e o modo como se fala. Por parte do destinatário,

é importante analisar como a informação chega até ele, ou seja, como ele decodifica as falas. Outro ponto importante é perguntar através de quais instituições o discurso é feito ou justificado?

Na reportagem em análise, verifica-se que existe mais de um sujeito falante. Existe a fala da jornalista Thaís Cardoso, que realiza a entrevista, bem como a fala do entrevistado, Fernando Rosseti. No caso da jornalista Thaís, além das funções de jornalista, como sujeito do discurso, ela também demonstra assumir outras funções, pois verifica-se que ela fornece pistas no seu texto sobre as intenções e desejos implícito das outras partes envolvidas na reportagem como: o governo, a sociedade, as organizações do terceiro setor e o próprio entrevistado que é o especialista no assunto de sua matéria jornalística. A jornalista Thaís, por alguns momentos, assume a função de porta-voz de seu entrevistado, quando ela escreve uma resenha da sua resposta. Será que a jornalista está falando como uma crítica social neutra? Em se tratando de um Jornal que pertence a uma Universidade Pública, será que a jornalista está emitindo a sua fala de maneira politicamente isenta?

O outro sujeito falante é o entrevistado, Fernando Rossetti, que fala como especialista no assunto e como tal, deveria assumir uma posição de neutralidade neste cenário de luta entre governo e terceiro setor. Porém, descobre-se que ele é diretor de uma ONG na área de educação, e portanto, sua fala já não se apresenta mais com neutralidade, isente de qualquer parcialidade.

A quem os sujeitos falam? Tanto a entrevistadora como o entrevistado estão falando para um público específico de leitores do Jornal da USP. Em se tratando de um jornal universitário, pressupõe-se que os leitores (destinatários do discurso) são pessoas com um nível intelectual diferenciado e acima da grande maioria brasileira.

O assunto abordado traz ao debate, um tema que é de interesse da grande maioria da sociedade brasileira, pois segundo dados da ABONG (Associação Brasileira das organizações Não Governamentais) existem no Brasil, cerca de 239 mil organizações no terceiro setor, número este, que se multiplica, quando se considera a quantidade de pessoas que são assistidas por essas organizações. E além disso, os enunciados atribuídos aos sujeitos dessa reportagem, envolvem aspectos políticos que colocam em questão o posicionamento do atual Governo Brasileiro.

Sendo assim, verifica-se a necessidade de buscar os interdiscursos que estão implícitos nas falas identificadas nessa reportagem, seus pressupostos e seus subentendidos que permeiam as formações discursivas do presente discurso em análise.

No palco desta análise encontram-se implícitos na reportagem, os interesses políticos do Governo, sua postura autoritária devido ao perfil militar da maioria dos seus integrantes, a disputa do poder, as razões envolvidas nessa disputa, as expectativas por parte dos gestores das organizações do terceiro setor, e a vulnerabilidade da sociedade diante das mudanças impostas pela proposta política governamental.

5.3 O não dito - enunciados e suas significações implícitas

Nesta matéria jornalística, pode-se verificar, de maneira efetiva, a presença de muitas pressuposições e subentendidos nos elementos discursivos e que constituem o não dito desse discurso em análise.

1º Enunciado

Como um primeiro enunciado, pode-se destacar a própria categoria da coluna do Jornal da USP que foi escolhida para a publicação da reportagem, cujo nome é “Atualidades”.

Significação literal: “Atualidades”.

Significação implícita: O fato do Jornal da USP ter publicado a matéria na coluna cujo tema é “Atualidades”, já diz ao leitor de maneira subentendida, que embora o tema “terceiro setor” seja algo muito antigo, o assunto que a reportagem apresenta é algo atual, e traz novidades no cenário político-social brasileiro.

2º Enunciado

Significação literal: “Terceiro setor complementa serviços públicos”.

Significação implícita: Existe uma crítica subentendida neste enunciado a qual se refere a incapacidade do Governo em oferecer todos os serviços públicos que a sociedade anseia. Fato este que demonstra a importância do terceiro setor e a pressuposição de que o Governo deveria apoiar suas iniciativas, e não se opor às atividades dessas organizações como tem mostrado através de suas declarações na mídia e suas propostas através de projetos de lei e de decretos presidenciais, como tem acontecido no Governo do presidente Bolsonaro.

3º Enunciado

Significação literal: “mas falta apoio”

Significação implícita: a presença do operador argumentativo “mas” é um artifício linguístico que traz uma mensagem implícita de que existe algo ou alguma ação contrária à complementação dos serviços públicos ofertados pelo terceiro setor dita na manchete desta reportagem.

De quem é a voz que declara, ou denuncia a falta de apoio? A jornalista que faz a entrevista? O entrevistado? A sociedade? Ou todos esses envolvidos nesta enunciação?

Quem seriam os agentes que negam o apoio necessário ao terceiro setor?

Fica subentendido que o terceiro setor é o “herói” que atende e supre as necessidades da sociedade, enquanto que o Governo é o “vilão”, ingrato e injusto, que, em vez de ajudar a sociedade apoiando o terceiro setor, toma atitudes e posicionamentos que são contrários ao desenvolvimento de suas atividades. A jornalista aplica neste enunciado o conceito Bakhtiniano de que “compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”. Verifica-se aqui, a presença da polifonia, onde há múltiplas vozes reagindo diante de uma divergência ideológica.

4º Enunciado

Significação literal: “Ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Significação implícita: Neste 4º enunciado, verifica-se a presença marcante da abordagem feita por Ducrot acerca da polifonia, pois encontram-se, neste único enunciado, a presença do sujeito falante, enquanto autor efetivo do enunciado, e de alguns enunciadores, enquanto sujeitos dos atos ilocutórios.

O argumento de “ausência de cultura de doação dificulta a atuação” se constitui uma formação discursiva, que dentro do contexto social e político em que encontra-se o Brasil, permite ao enunciador expressar sua opinião, a qual, implicitamente, denuncia uma falha que existe nos outros setores da sociedade, compreendendo Governo e Empresas.

Quando o argumento é de que a “tributação dificulta a atuação”, o enunciado aponta para o Governo, que é o sujeito responsável pela elaboração de leis que possam apoiar as atividades do terceiro setor.

Quando o enunciado fala que a “desconfiança em relação a ONGs dificulta a atuação”, certamente que ele aponta uma crítica ao posicionamento assumido pelo Presidente Bolsonaro e seus assessores com relação ao decreto presidencial que marcou os 100 dias de seu governo. Neste decreto, o presidente determina o fim dos conselhos, comissões, juntas e outras entidades do mesmo tipo, os quais são integrados por representantes do governo e da sociedade civil. Segundo matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 3 de maio deste ano 2019, este decreto foi criticado por ONGs, cientistas políticos e especialistas em direito, que alegam que tal medida prejudicará a democracia participativa e a formulação de políticas públicas. Nesta questão, está implícita a luta de classes, e uma crítica à postura autoritária do Governo que envolve a perspectiva do “poder”, que segundo a visão de Foucault, aplica-se neste caso, como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”.

5º Enunciado

Este enunciado se constitui da fala da jornalista, quando apresenta o seu entrevistado, porém, antes mesmo de o apresentar, ela fala um resumo daquilo que ela entende por Terceiro Setor. Dessa maneira, a jornalista assume o papel de locutora, enquanto sujeito responsável pelo discurso (na visão de Ducrot), porém, inseri mais um sujeito em sua fala, que é o entrevistado.

Significação literal: “Associações e fundações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como organizações não-governamentais (ONGs), são fundamentais para complementar serviços de educação, saúde ou assistência social que, muitas vezes, o poder público não consegue disponibilizar de forma ampla. Para falar sobre a importância do terceiro setor e o impacto dele na vida do cidadão, o USP Analisa desta semana conversa com o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira.”

Significação implícita: Neste enunciado, a jornalista apresenta o Terceiro Setor com uma abordagem funcional, e certamente, instigando os leitores a atentarem para uma relação de obrigações sociais que deve haver entre Governo e Sociedade. Este artifício discursivo é denominado por Ducrot como “atos ilocutórios”, os quais apontam para uma interação dos interlocutores. Pois quando se diz o que o Terceiro Setor faz, implicitamente se diz aquilo que o Governo não faz, ou faz parcialmente, no que diz respeito aos serviços e às políticas públicas que deve fazer. Para sustentar a intencionalidade deste não dito, pode-se usar aqui, a ideia de Ducrot, em que toda pergunta pressupõe a existência de uma resposta do outro que a decodifica.

Também como parte do não dito, ao se analisar o currículo do entrevistado e seu título de “educador”, encontra-se neste enunciado, a intenção, por parte da jornalista, de direcionar a sua entrevista para assuntos voltados para as políticas públicas educacionais, as quais podem ser discutidas e implementadas pelo Terceiro Setor. E dentro deste atual contexto político de “pressuposta perseguição” e desincentivo ao Terceiro Setor, há que se esperar uma perda social em relação às políticas públicas relacionadas à educação. Fato este que se comprova através do contingenciamento anunciado pelo Governo e que afetou a área da Educação, com “efeitos” de cortes em financiamentos.

6º Enunciado

Neste enunciado, a jornalista escreve um resumo de uma das falas do entrevistado, usando-se do Discurso Relatado, no qual ela se exime da responsabilidade desta fala.

Significação literal: “Segundo ele, essas organizações são basicamente constituídas por indivíduos da sociedade civil que se unem para cuidar do bem comum, sem necessidade de interferência do governo.”

Significação implícita: A última parte deste enunciado aponta para um ponto de vista do entrevistado, que sugere como desnecessária, a interferência do Governo no Terceiro Setor, o que mostra implicitamente, a insatisfação por parte das organizações que compõem este setor com relação ao posicionamento político deste Governo.

7º Enunciado

Este enunciado mostra a fala do entrevistado e sua opinião com relação à atuação do Terceiro Setor no exercício de suas funções.

Significação literal: “Elas cumprem várias funções, desde identidade, como o Centro da Cultura Gaúcha. Por outro lado, você tem toda uma linhagem de organizações que trabalha exatamente nas políticas públicas, seja apoiando ou até executando.”

Significação implícita: Aqui se verifica a presença do operador argumentativo “Por outro lado”. Ele chama a atenção para uma mensagem implícita de que existem organizações que implementam serviços simples, mas também existem organizações que desempenham serviços bastante complexos e importantes para a implementação de políticas públicas. O que significa implicitamente, que o Governo não deve desconsiderar ou menosprezar a

capacidade de trabalho operacional deste setor, conforme vem demonstrando através da mídia, quando aborda o assunto das ONGs.

6 | CONCLUSÃO

Este artigo, usou da Análise de Discurso, enquanto instrumento teórico, e isto permitiu concluir que, realmente, toda enunciação vem ao público permeada de ideologia, e particularmente, sobre o Terceiro Setor, uma ideologia de “poder”, conforme a visão de Foucault protagonizada pelas classes sociais e Governo. Tais ideologias e intencionalidades presentes nos discursos que envolvem o Terceiro Setor como tema, não são ditas de maneira explícita, o que demandou a busca pelo sentido oculto e implícito nos enunciados presentes neste discurso, tarefa que foi realizada apoiada e sustentada pelo conceito de que todo discurso é polissêmico, polifônico, e portanto, pervadido de pressupostos e subentendidos.

Ficou exposto nesta análise, o pressuposto teórico de que todo discurso é carregado de subjetividade a qual está presente não só nas falas, mas também na maneira como se apresentam as falas. Conclui-se também que, não existe imparcialidade, nem verdade absoluta, até mesmo no discurso jornalístico, que no caso analisado demonstrou, nas entrelinhas, suas influências ideológicas.

O Terceiro Setor analisado como um discurso, vem trazer à luz uma reflexão sobre a importância que tem. Alguns pontos foram detectados através das análises do dito e do não dito, com destaque ao cenário de tensão ideológica que se trava no palco da mídia, entre Governo e Terceiro Setor. Outro ponto importante é a demonstração evidente do estágio atual de consolidação do Terceiro Setor como um instrumento de democratização de políticas públicas, de serviços e de inclusão social. Estágio este, que não permite mais atitudes como desconfiança, ameaças e cortes em seus investimentos.

O cenário político atual aponta para uma possível mudança no relacionamento entre Governo e Terceiro Setor, porém, diante do exposto e analisado sobre esse tema, fica bastante nítida a necessidade de se ampliar a atuação do Terceiro Setor no Brasil, através de novas políticas de incentivo e financiamento às suas áreas de atuação. Se o Governo deseja trabalhar de forma mais democrática e menos autoritária, é necessário desenvolver uma política de parceria, confiança e credibilidade em relação a este setor. Também conclui-se que, de fato, falta por parte do Governo, um programa de incentivo à doações feitas diretamente pela sociedade às organizações do Terceiro Setor, alterando e criando leis tributárias que favoreçam o aumento de investimentos diretos e indiretos neste setor.

Ressalta-se que o presente artigo não considera esta análise esgotada, e que, em função de limitações de espaço, não foram observados todas as possíveis questões, enunciados e ainda, os elementos linguísticos que, tanto o tema, como o texto jornalístico permitem ser explorados. Contudo, os resultados aqui apresentados já podem ser

considerados úteis para uma reflexão atual e futura sobre esse tema tão relevante e que tem muito a contribuir para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais**, Brasília: Hucitec, 1987.

_____. **Os gêneros do discurso**. In: **Estética da Criação Verbal**, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. cap. p. 279-326.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: Origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Revista Organon**, Porto Alegre, v.16, n. 32/33, p.161-180, 2002.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARDOSO, T. Terceiro setor complementa serviços públicos, mas falta apoio. [Entrevista concedida] Fernando Rosseti Ferreira. **Jornal da USP**, São Paulo, mai. 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DREYFUS, Hubert L. RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**, São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Ponte Editores, 1987. cap. VIII, p.161-210.

FERREIRINHA, Isabella M. N.; RAITZ, Tânia R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, 44(2), p. 367-83, MAR./ABR. 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Sírio Possenti, Paris: Gallimard, mimeo, 1971.

FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros. A teoria do dialogismo de bakhtin e a polifonia de ducrot: pontos de contato. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 2, n. 2, p. 177-186, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. – São Paulo: Cortez, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin - o trajeto polifônico de uma metáfora, **Revista Letras**, Curitiba, n.41-42,p. 195-205.1992-93.Editora da UFPR.

TORRES, José William Lopes . Poder e discurso a partir de Michel Foucault: breves análises sobre a genealogia do biopoder. **Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política**, Caruaru, v. 3, n. 1, p. 62-82, jul./dez. 2016. ISSN 2447-0961.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

I

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

J

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

L

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

M

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

P

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

R

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

S

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 